

---

# CAPITALISMO, BURGUESIA E PLURALISMO

---

*Francisco Sarsfield Cabral*

---

## CAPITALISMO, BURGUESIA E PLURALISMO

---

A ascensão económica da burguesia europeia, a partir do fim da Idade Média, não foi acompanhada por um movimento simultâneo de tomada do poder político. Demorou bastante tempo até se consumir essa tomada do poder — se é que ela se chegou já a realizar integralmente.

É sobejamente conhecido o facto — nessa escala, porventura inédito na história da humanidade — de, com a «civilização burguesa», se dar uma certa cisão ou, pelo menos, uma coincidência não total, entre os poderes político e económico. Vale a pena, no entanto, prestar atenção a essa fractura, pois aí se encontra algo de essencial para a compreensão da sociedade democrática moderna.

«A classe capitalista manda mas não governa», observava Karl Kautsky, já no nosso século<sup>(1)</sup>. E, mais recentemente, Hannah Arendt foi peremptória ao considerar a burguesia «a primeira classe na história a conseguir predominância económica sem aspirar ao poder político»<sup>(2)</sup>.

Perdurou longamente, de facto, a preponderância da aristocracia no aparelho político. Escrevendo por alturas da primeira guerra mundial, J. Schumpeter sublinhou esse anacronismo: «Quem procurar compreender a Europa não deve deixar passar despercebido o facto de que ainda mesmo hoje a sua vida, a sua ideologia, a sua política, estão grandemente sob a influência da substância feudal, pois a nobreza penetrou no mundo moderno com a forma que lhe foi dada pelo Estado autocrático — o mesmo Estado que também moldou a burguesia»<sup>(3)</sup>. Trinta anos mais tarde, e apesar de então viver nos Estados Unidos (onde nunca existiu propriamente aristocracia), ainda Schumpeter mantinha uma opi-

---

<sup>(1)</sup> Citado por Ralph Miliband, *The State in Capitalist Society*, Weidenfeld and Nicolson, Londres, 1970, pág. 55.

<sup>(2)</sup> Hannah Arendt, *The Origins of Totalitarianism*, George Allen & Unwin, Ltd., Londres, 1967, pág. 123.

<sup>(3)</sup> Joseph A. Schumpeter, *Imperialismo e Classes Sociais*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1961, págs. 118 e 119.

nião muito negativa sobre as capacidades políticas da burguesia, que classificava de «politicamente inerte e incapaz (sem a protecção de um grupo não burguês) não apenas de liderar a nação, mas até mesmo de defender os seus interesses de classe» (\*).

Na Grã-Bretanha de meados do século passado — ou seja, quase cem anos após o início da revolução industrial — a nobreza («gentry») proprietária de terras e os estratos acima dela (alta aristocracia) detinham firmemente, ainda, as rédeas do poder político, não devendo contar mais de 1200 pessoas o núcleo desse sistema (\*). Barrington Moore Jr. julga, mesmo, que «a democracia parlamentar inglesa foi largamente uma criação desta classe (isto é, da nobreza terra-tenente), que se manteve no domínio das suas operações até às vésperas da Primeira Guerra Mundial e se tem mostrado muito influente desde então» (\*).

Também Max Weber comentou extensamente a importância política de uma classe de senhores hereditários da terra. «Como carreira de tradição política, aprendizagem e equilíbrio, não há dúvida de que um estrato de senhores da terra não pode ser substituído. Referimo-nos a estratos de proprietários rurais como os ingleses e que, de modo similar, formavam o cerne da nobreza do Senado da Roma antiga» (\*). Para Weber, os partidos «eram inicialmente, por exemplo em Inglaterra, meras clientelas da aristocracia» (\*). Por maioria de razão, nos países onde o parlamentarismo tardou e a modernização se processou «a partir de cima», os «leaders» políticos que se destacaram no século XIX eram aristocratas (embora de certo modo marginais ao estilo tradicional da sua classe): Cavour em Itália; na Alemanha Stein, Hardenberg e Bismarck, o mais famoso de todos; no Japão, os estadistas da era Meiji (\*).

Quanto a França, a burguesia permanece, após a Revolução, muito dependente do Estado — na linha, aliás, do movimento centralizador e

(\*) Joseph A. Schumpeter, *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961, pág. 174.

(\*) Barrington Moore Jr., *Social Origins of Dictatorship and Democracy — Lord and Peasant in the Making of the Modern World*, Penguin University Books, Londres, 1973, págs. 32 e 33.

(\*) Idem, pág. 487.

(\*) Max Weber, *Wahlrecht und Demokratie in Deutschland*, na colectânea organizada por H. H. Gerth e C. Wright Mills *From Max Weber: Essays in Sociology*, Routledge & Kegan Paul Ltd., Londres, 1970, pág. 386.

(\*) Max Weber, *Politics as a Vocation*, na colectânea citada, pág. 100.

(\*) Cfr. Barrington Moore Jr., ob. cit., pág. 440.

estatizante que vinha do Antigo Regime, como Tocqueville tão bem mostrou<sup>(10)</sup>. «Sem um acordo entre o poder político e o poder industrial (escreve o historiador Charles Morazé) nenhum grande negócio pode ser empreendido — acordo que o conciliábulo dos homens estrategicamente colocados pode efectuar nas melhores condições»<sup>(11)</sup>. Deste modo, a burguesia francesa revela uma especial apetência em colocar gente sua no aparelho de Estado — e daí a luta particularmente acesa contra a nobreza restauracionista, culminando na vitória burguesa de 1830. Mas note-se que, mesmo aqui, a porventura maior inclinação política da classe capitalista surge claramente subordinada ao primordial interesse económico: era preciso conquistar o Estado para fazer bons negócios.

Noutras circunstâncias, a burguesia preferia limitar-se a conseguir lucros. Analisando a abortada revolução de 1848 na Alemanha, Marx e Engels chamaram a atenção para «uma classe demasiado fraca e dependente para tomar o poder e governar por si própria e que, por isso, se lança nos braços da aristocracia fundiária e da burocracia real, trocando o direito de governar pelo direito de fazer dinheiro»<sup>(12)</sup>.

### PERSPECTIVA MARXISTA

Uma maneira típica de encarar este retraimento da burguesia perante a política consiste em negar-lhe qualquer significado. É esta a perspectiva marxista, que privilegia a instância económica e nega verdadeira autonomia ao fenómeno político.

Assim, Kautsky, depois da já citada afirmação de que «a classe capitalista manda mas não governa», logo acrescenta que esta classe «se contenta com mandar no governo»<sup>(13)</sup>. Para o marxismo menos sofisticado, o poder político — sempre e necessariamente — mais não é do que uma emanção do poder económico; por isso, em regime capitalista, o governo (ainda que formado por não burgueses) representa apenas o «comité executivo» da burguesia. Por exemplo, D. Bertiaux afirma que «são mais ou menos as mesmas descendências que detêm o dinheiro em

<sup>(10)</sup> Alexis de Tocqueville, *L'Ancien Régime et la Révolution*, Idées NRF Gallimard, 1976, sobretudo o Livro II, págs. 85 e segs.

<sup>(11)</sup> Charles Morazé, *Os Burgueses à Conquista do Mundo*, Edições Cosmos, Lisboa-Rio de Janeiro, 1965, pág. 173.

<sup>(12)</sup> Citados por Barrington Moore Jr., ob. cit., pág. 437.

<sup>(13)</sup> Citado por Ralph Miliband, ob. cit., pág. 55.

França e *portanto* (...) o poder político real, desde o golpe de Estado que levou Napoleão Bonaparte ao poder em 1799»<sup>(14)</sup>.

Um marxista inteligente como Ralph Miliband, considerando embora que a entrada de homens de negócios no aparelho estatal tem sido muito subestimada por Max Weber, Schumpeter, Raymond Aron e outros, reconhece: «É no entanto verdade que (os homens de negócios) nunca constituíram, e não constituem agora, mais do que uma minoria relativamente pequena na elite estatal como um todo. É neste sentido que as elites económicas dos países capitalistas não são, falando com propriedade, uma classe de governo, comparável às classes pré-industriais, aristocráticas e terra-tenentes. Em alguns casos, estas últimas eram capazes de dispensar uma máquina estatal plenamente articulada, e eram elas próprias praticamente o Estado. As elites económicas capitalistas não alcançaram, e é da natureza da sociedade capitalista jamais poderem alcançar, uma tal posição<sup>(15)</sup>.

E não obstante R. Miliband procurar atenuar o alcance desta relativa distância entre os homens de negócios e o sistema estatal invocando a composição social da elite do Estado propriamente dito (predominantemente recrutada nas classes média e alta, as mesmas de onde são originários, na sua maioria, os homens de negócios) nem por isso deixa de reconhecer o facto capital de que «a classe capitalista tem geralmente encarado o Estado como uma entidade separada»<sup>(16)</sup>. Ora o interessante está aí: em não ser a classe capitalista, ela própria, a assumir e a dirigir directamente o Estado, nem tal ser compatível com a natureza do capitalismo. Ou, inversamente, se quisermos, em não ter sentido falar de «elites económicas» em regimes colectivistas.

## O PRIVADO E O PÚBLICO

Tendo como fito o lucro do seu negócio, o burguês é, antes de mais, alguém que actua predominantemente na esfera privada — circunstância que, desde logo, o distancia dos assuntos públicos, do Estado. Onde a

<sup>(14)</sup> Daniel Bertiaux, *Destinos Pessoais e Estrutura de Classe*, Moraes Editores, 1978, pág. 252.

<sup>(15)</sup> Ralph Miliband, ob. cit., pág. 59.

<sup>(16)</sup> Idem, pág. 55.

classe capitalista foi forte, como em Inglaterra, ela desenvolveu-se à margem do Estado e até, às vezes, contra ele.

Claro que este distanciamento não era, nem é, total. Por mais «privado» que seja, o capitalismo necessita de um Estado que, por exemplo, proteja as práticas comerciais e em especial a propriedade. Fora de um certo quadro institucional mínimo, o capitalismo não funciona. E frequentemente (como no caso francês) o capitalista só é capaz de funcionar debaixo da protecção do poder político e em estreita união com ele.

Não obstante, o empresário capitalista surgiu sempre e primordialmente como uma pessoa privada. «É bem conhecido — escreve Hannah Arendt — quanto era escassa a aspiração desses proprietários a governar, quanto eles bem se contentavam com qualquer tipo de Estado no qual pudessem confiar em matéria de protecção dos direitos de propriedade. Para eles, de facto, o Estado nunca passara de uma bem organizada força de polícia. Esta falsa modéstia, no entanto, teve a consequência curiosa de manter toda a classe fora do corpo político: antes de serem súbditos de uma monarquia ou cidadãos de uma república, eram essencialmente pessoas privadas»<sup>(17)</sup>. Numa perspectiva semelhante, para Schumpeter, «em regime capitalista, o burguês fora do seu escritório e o profissional fora da sua profissão constituem uma figura bastante tímida», e daí que tenham de erigir o «intelectual» como seu «leader» espiritual...<sup>(18)</sup>.

O relativo desinteresse do burguês pela «coisa pública» tem a ver, naturalmente, com a falta de disponibilidade que o seu negócio lhe deixa para outras actividades. «Um banqueiro não visa o poder, mas a riqueza», afirma Bertrand de Jouvenel, não sem acrescentar que, em chegando a ocasião, o Estado se encarregará de transformar essa riqueza em poder<sup>(19)</sup>. E Max Weber observava que o político profissional não pode estar dependente de um rendimento cuja obtenção absorva por inteiro as suas capacidades e a sua mente; a preocupação dominante com a aquisição económica mostra-se dificilmente compatível com a carreira política — é o caso do empresário, que está «preso» à sua empresa (mais na finança, no

<sup>(17)</sup> Hannah Arendt, ob. cit., pág. 138.

<sup>(18)</sup> Joseph A. Schumpeter, *Imperialismo e Classes Sociais*, pág. 118.

<sup>(19)</sup> Bertrand de Jouvenel, *Du Pouvoir — Histoire Naturelle de sa Croissance*, Hachette, 1972 (primeira edição em 1945, Genève), pág. 205.

comércio ou na indústria do que na agricultura, dado o carácter sazonal desta) <sup>(20)</sup>.

Por outro lado, a falta de hábito de comandar homens traduz-se para o burguês numa posição de inferioridade no campo político — quando se trata de lutar pelo poder e de o exercer — em confronto com classes que não só tinham esse hábito desde há longa data, como beneficiavam do peso de toda uma tradição que geralmente os reconhecia como fontes de autoridade. Naturalmente que, à medida que a empresa privada vai crescendo e se transforma numa grande organização burocrática, o comando dos homens (embora, em princípio, limitado à esfera empresarial, que em países como o Japão pode abarcar quase tudo...) começa a fazer parte também das funções do empresário enquanto tal, que assim de certo modo se aproxima do mundo político.

E há circunstâncias especiais em que o enquadramento capitalista da vida económica se manifestou compatível, ao menos temporariamente, com modalidades de organização de trabalho e da vida social diversas das tipicamente burguesas, ficando antes próximas da corrente no Antigo Regime. Foi o que aconteceu, por exemplo, no Sul dos Estados Unidos e de alguma maneira noutras zonas onde predominou a economia de plantação <sup>(21)</sup>; aí, os proprietários rurais e escravagistas, bem inseridos no fluxo das trocas internacionais, detinham o poder económico e político e defendiam simultaneamente princípios de privilégio hereditário. Assim se entende a afirmação de Barrington Moore Jr. de que o Sul dos Estados Unidos tinha uma civilização capitalista, mas não uma civilização burguesa <sup>(22)</sup>.

De um modo geral, porém, o avanço do capitalismo foi, por si próprio, retirando à propriedade da terra as virtualidades políticas que lhe andavam tradicionalmente associadas, sobretudo desde o feudalismo. Em Inglaterra, Tawney detecta, ainda antes da guerra civil (século XVII), «uma transição da concepção medieval da terra como fundamento de funções e obrigações políticas, para a moderna perspectiva de um investimento gerador de lucro» <sup>(23)</sup>.

<sup>(20)</sup> Max Weber, *Politics as a Vocation*, colectânea citada, págs. 84 e 85.

<sup>(21)</sup> Cfr. Celso Furtado, *Formação Económica do Brasil*, Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1982.

<sup>(22)</sup> Barrington Moore Jr., ob. cit., pág. 121.

<sup>(23)</sup> Citado por Barrington Moore Jr., ob. cit., pág. 6.

O poder político não é, assim, conatural à burguesia ascendente. É certo que, ao longo da história, outras classes se mostraram também avessas a assumir a liderança política. Barrington Moore Jr. refere, por exemplo, que, «por si próprios, os camponeses nunca foram capazes de realizar uma revolução», necessitando sempre de ir buscar dirigentes políticos a outras classes<sup>(24)</sup>. Mas o caso da burguesia é mais interessante, pois trata-se de uma classe economicamente dominante.

Caracteristicamente, a ideologia política própria dos burgueses — o liberalismo — é, no limite, antipolítica, na medida em que dá toda a ênfase à dimensão privada dos indivíduos. As concepções liberais, «exprimindo a instintiva desconfiança e a hostilidade inata da burguesia em relação aos assuntos públicos», têm um denominador comum, segundo H. Arendt: «adicionam simplesmente as vidas privadas e os padrões pessoais de comportamento, apresentando a soma como leis da história, da economia ou da política»<sup>(25)</sup>.

### *A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA BURGUESIA*

Durante a fase imperialista, que se desenvolve a partir da segunda metade do século XIX, ocorre, para H. Arendt, a emancipação política da burguesia. «A burguesia voltou-se para a política a partir de necessidades económicas», ou seja, quando o Estado-nação (que ela ajudara a criar) começou a representar um limite para a expansão do negócio. Daí que «o imperialismo deve ser considerado a primeira fase do domínio político da burguesia, em vez de a última fase do capitalismo»<sup>(26)</sup>.

Mas, ao transpor para a política o princípio do negócio económico capitalista de que «a expansão é tudo», como proclamou Cecil Rhodes, esse imperialista típico<sup>(27)</sup>, a burguesia destrói a distinção, para que ela muito contribuiu, entre as esferas pública e privada, lançando os germes da violência do totalitarismo que o nosso século haveria de conhecer.

O imperialismo preparou, de facto, o fascismo e representou, para a burguesia, o acesso a posições e a formas de poder e afirmação social que ela invejava nas classes aristocráticas. Quer dizer, não terá sido ape-

<sup>(24)</sup> Barrington Moore Jr., ob. cit., pág. 479.

<sup>(25)</sup> Hannah Arendt, ob., cit., págs. 145 e 146.

<sup>(26)</sup> Idem, págs. 126 e 138.

<sup>(27)</sup> Citado por Hannah Arendt, ob. cit., pág. 124.

nas pelas razões económicas invocadas por H. Arendt que a classe capitalista desejou ser também poder político.

Com a expansão imperialista a burguesia tornava-se, pela primeira vez, gestora não só dos seus negócios privados mas também dos interesses nacionais (ou como tal considerados), com o prestígio inerente à função. Como classe economicamente dominante, esse prestígio fazia-lhe falta para ultrapassar a humilhante distância social em que a aristocracia em geral a mantinha. Por outro lado, no contacto com as raças colonizadas, «inferiores», a burguesia lograva finalmente o exercício da autoridade directa e a sensação de uma superioridade natural, até aí reservados às tradicionais classes aristocráticas.

O fascismo veio, depois, permitir a recuperação pela burguesia (ou por parte dela) de valores considerados aristocráticos — violência, desigualdade, etc. Numa sociedade de massas, e receando os movimentos subversivos do proletariado, a burguesia aproximou-se cultural e socialmente das antigas classes dirigentes. Assim, nota Ernst Nolte que, ainda antes de 1914, se começa a registar «um casamento historicamente único entre a convicção aristocrática e a realidade plebeia»<sup>(28)</sup>.

Dando, de novo, prioridade ao colectivo, reconstruindo elites aristocratizantes num mundo que já não era aristocrático, o fascismo (nas suas várias manifestações, da Action Française ao nacional-socialismo alemão) foi, também, uma via de acesso ao poder político directo de estratos de uma classe até então predominantemente confinada à esfera privada. E na prática, quando não na teoria, o fascismo procurou institucionalizar a aproximação, ou mesmo a unificação, das várias elites sociais em agências estatais ou paraestatais<sup>(29)</sup>.

Em campo ideologicamente contrário (pelo menos na aparência), o socialismo tende, também, para aquela unificação de elites. O socialismo de raiz marxista visa ultrapassar a tensão entre a esfera pública e a privada — tensão própria de uma sociedade capitalista — pela eliminação do segundo termo: é o fim da distinção entre poder económico e poder político.

<sup>(28)</sup> Ernst Nolte, *Three Faces of Fascism*, Weidenfeld and Nicolson, Londres, 1965, pág. 5.

<sup>(29)</sup> Cfr. Geraint Parry, *Political Elites*, George Allen & Unwin Ltd., Londres, 1976, pág. 93.

Há quem, de resto, julgue ser este o destino fatal, mesmo para as nações capitalistas, profetizando que o poder político, a estatização portanto, tudo e todos acabará por absorver. Há cerca de quarenta anos já, Bertrand de Jouvenel desenvolvia este tema na sua obra *«Le Pouvoir»*, mostrando nomeadamente que o poder político central, tendo começado por favorecer os «ricos» (na medida em que tal lhe convinha, na sua luta contra os «poderosos» remanescentes do feudalismo), passou a partir de certa altura a invadir igualmente o terreno privado das empresas capitalistas, receando a existência de «poderes particulares»<sup>(30)</sup>. Aliás, um homem como J. Burnham, escrevendo também há perto de meio século, chamou a atenção para que a crescente intervenção estatal e a própria evolução e crescimento das organizações empresariais (hoje pensaríamos sobretudo nas grandes empresas multinacionais) tornam cada vez mais semelhantes as tarefas da gestão empresarial e da administração do Estado.

É o poder cada vez maior de uma burocracia onde — também aí — se esbatem as distinções entre o público e o privado.

### A BUROCRACIA ESTATAL

As tradicionais classes aristocráticas que conseguiram, em parte, preservar o poder político muito para além da sua derrota no campo económico, depararam desde há séculos com um perigoso concorrente: as burocracias que os monarcas organizavam para o seu serviço. Para reforçarem o poder central contra os poderes semiautónomos ainda subsistentes, os reis recrutavam de preferência nas classes não aristocráticas o pessoal da máquina do Estado — gente que foi desempenhar tarefas políticas, administrativas, jurídicas, financeiras e militares, dando origem às modernas burocracias estatais e à profissionalização dos políticos e funcionários.

O processo foi particularmente nítido em França, por exemplo, onde era prática corrente a venda de cargos públicos. Desse modo, a burocracia real dava resposta às aspirações burguesas de «enobrecimento» («noblesse de robe»), pagando naturalmente o preço de uma certa perda de independência perante o Estado (ao contrário do que se passava em Inglaterra). Ao mesmo tempo, dessa burocracia ao serviço da coroa francesa,

<sup>(30)</sup> Bertrand de Jouvenel, ob. cit., págs. 204 e segs.

bem mais do que propriamente da burguesia comercial e financeira, partia «o impulso decisivo para o estabelecimento das bases de uma sociedade moderna, isto é, um Estado unificado e até alguns hábitos de precisão e obediência»<sup>(21)</sup>. As raízes da célebre tendência estatizante e centralizadora da sociedade francesa encontram-se nesta ligação, através da burocracia real, entre o Antigo Regime e o capitalismo.

Foi também decisiva a componente militar na formação e desenvolvimento das burocracias estatais, designadamente em países como a Prússia. Assinala Max Weber que no Brandeburgo, durante a Guerra dos Trinta Anos, o soldado ainda era, predominantemente, o proprietário do seu equipamento militar. «Mais tarde, no exército permanente da Prússia, o comandante de companhia era dono dos meios materiais de fazer a guerra, apenas se tendo concretizado definitivamente desde a paz de Tilsit a concentração dos meios militares nas mãos do Estado. Só com tal concentração se generalizou o uso do uniforme»<sup>(22)</sup>.

A Prússia do século XVIII tornou-se, então, a «Esparta do Norte», como lhe chama Barrington Moore Jr. — «uma fusão militarizada da burocracia e da aristocracia terra-tenente»<sup>(23)</sup>. Mas, nessa fusão, o elemento decisivo não era o aristocrático: Max Weber chega a afirmar que, «politicamente, os aristocratas alemães, em especial na Prússia, equivaliam a quase nada». Para Weber, os Junkers não eram verdadeiros aristocratas, mas burocratas e empresários agrícolas, essencialmente burgueses; as famílias dos funcionários públicos prussianos, «do ponto de vista económico e social e de acordo com o seu horizonte, constituem um grupo burguês da classe média»<sup>(24)</sup>. Não anda longe E. Nolte ao escrever que «a aristocracia prussiana representava, não uma classe senhorial com uma perspectiva diametralmente oposta à da classe média, mas um grupo de diligentes funcionários e de oficiais do rei que tornavam o exército prussiano um instrumento da mais alta perfeição racional, a ponto de durante muitos anos poder ser olhado como o verdadeiro modelo de uma organização industrial»<sup>(25)</sup>.

<sup>(21)</sup> Barrington Moore Jr., ob. cit., pág. 57.

<sup>(22)</sup> Max Weber, *Wirtschaft und Gesellschaft*, na colectânea citada, pág. 222.

<sup>(23)</sup> Barrington Moore Jr., ob. cit., pág. 436.

<sup>(24)</sup> Max Weber, *Walrecht und Demokratie in Deutschland*, na colectânea citada, págs. 386 e 387.

<sup>(25)</sup> Ernst Nolte, ob. cit., pág. 299.

O recrutamento da burocracia estatal em estratos da classe média não significou, por si só, o acesso à máquina do Estado por parte da burguesia de negócios — a menos que se considere como pertencente a esta todo um conjunto de letrados, juristas e outros profissionais, onde o Estado em vias de expansão ia buscar os seus servidores. Em rigor, do que se tratava era da abertura, em larga escala, a estratos não aristocráticos de oportunidades de serviço no Estado — o que representou um importante factor de fortalecimento da classe média.

Observa justamente G. Parry que «o estabelecimento de uma burocracia moderna foi saudado por muitos como parte de um progresso no sentido de uma sociedade mais aberta e, mesmo, como um passo na democratização do Estado. A burocracia oferecia uma carreira aberta ao talento, e o seu estabelecimento era objectivo básico dos liberais do século XIX»<sup>(26)</sup>. Aliás, o tipo de educação e qualificação da classe média predispunha-a naturalmente, como sublinhou Mosca, para desempenhar um papel de primeiro plano nas elites da burocracia estatal<sup>(27)</sup>.

### *UNIFICAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DE ELITES*

O desenvolvimento de uma burguesia empresarial — isto é, o desenvolvimento do capitalismo — e a expansão, mais ou menos paralela, de uma «burguesia burocrática» podem considerar-se como duas faces da mesma moeda, na medida em que constituem manifestações essenciais do processo de racionalização do mundo moderno de que Max Weber tanto se ocupou. Mas é também evidente serem bem diversas as consequências políticas de um e de outro fenómeno. Enquanto o reforço da burocracia tende para a unificação das elites através da estatização da vida social, a emergência de poderes económicos privados, relativamente autónomos do Estado, representa uma fonte inestimável de pluralismo.

No Antigo Regime, apenas a hierarquia da Igreja se podia contrapor à classe politicamente dominante. Mas sabe-se como, nessa época, poder político e poder religioso frequentemente se confundiam, por iniciativa de uma e da outra parte, com particular incidência (como é compreensível) nas nações protestantes, após a Reforma. Com o avanço do capitalismo

---

<sup>(26)</sup> Geraint Parry, ob. cit., pág. 15.

<sup>(27)</sup> Cfr. Geraint Parry, ob. cit., págs. 25 e 26.

algo de novo surge: uma classe média alcança o predomínio económico e, no entanto, mostra-se pouco vocacionada para o exercício directo do poder político, mantendo uma marcada distância perante o Estado.

Ou seja, quando a burguesia empresarial foi forte e capaz de dispensar as ajudas estatais, ela prosseguiu a obra de independência (ainda que relativa, como é óbvio) frente ao poder centralizador do Estado que, com manifestas raízes feudais, fora apanágio de uma certa nobreza, designadamente a nobreza terra-tenente de Inglaterra. «Uma aristocracia independente é um ingrediente essencial para o nascimento da democracia», escreve Barrington Moore Jr., acrescentando também que não existe democracia parlamentar sem uma vigorosa classe burguesa, de «gente da cidade»<sup>(38)</sup>.

Max Weber sublinhou igualmente o papel da nobreza inglesa (mais a «gentry» do que a alta aristocracia), uma mistura de notáveis rurais e urbanos, no desenvolvimento do «self-government»<sup>(39)</sup>. Aliás, e como é bem sabido, em Inglaterra sempre foi grande a osmose entre as classes nobres e os ascendentes estratos burgueses — processo que teve como um dos seus factores decisivos a mercantilização da agricultura inglesa a partir dos fins da Idade Média. E ao contrário do que sucedeu noutras paragens, onde a democracia encontrou solo menos favorável, na Inglaterra do século XIX a aristocracia fundiária não hostilizou a democracia parlamentar em boa parte porque essa classe não precisava do Estado para a sua sobrevivência económica.

Assim, «na maior parte das sociedades capitalistas — nota Raymond Aron — os proprietários dos meios de produção não assumiram eles próprios funções políticas, as quais foram assumidas por aristocratas ou representantes eleitos»<sup>(40)</sup>, ao invés das sociedades comunistas, onde a elite é em princípio única, tendendo a abranger todas as manifestações da vida social, incluindo as culturais. Evitemos, porém, os simplismos, ainda que porventura de sinal contrário aos da «vulgata» marxista — mesmo em regime capitalista as relações entre o poder económico e o poder político nunca são de total independência.

<sup>(38)</sup> Barrington Moore Jr., ob. cit., págs. 417 e 418.

<sup>(39)</sup> Max Weber, ob. cit., pág. 391.

<sup>(40)</sup> Raymond Aron, *La Lutte de Classes — Nouvelles Leçons sur les Sociétés Industrielles*, Idées NRF Gallimard, 1964, pág. 194.

Nas democracias ocidentais o poder político encontra-se, hoje, fundamentalmente nas mãos de um estrato profissionalizado, até porque a política — fora de certos momentos excepcionais, como são as eleições — apenas interessa empenhadamente a minorias, como já Max Weber assinalava<sup>(41)</sup>. Michels defendia, até, que a maioria da população é apática em relação a negócios públicos, apenas se sentindo envolvida quando estão em causa os seus interesses privados; daí a sua necessidade psicológica de um guia: a maioria dos cidadãos fica satisfeita com o facto de outros assumirem as responsabilidades políticas<sup>(42)</sup>.

Por seu turno, a riqueza não leva necessariamente ao exercício do poder político — essa é uma das conclusões de Robert A. Dahl ao defender serem as sociedades democráticas ocidentais (designadamente a norte-americana) «poliarquias», isto é, sociedades onde existe uma diversificação de elites e centros de poder<sup>(43)</sup>. E, de facto, assim parece ser — descontando alguns exageros; pode, mesmo, afirmar-se que, quanto mais desenvolvidas e complexas forem as sociedades, mais hipóteses haverá de «poliarquias». Por exemplo, Scott sugere que «as sociedades latino-americanas mais tradicionais são ainda dominadas por uma unificada elite de poder, constituída por grandes latifundiários, pelo exército e pela Igreja — enquanto as sociedades que passaram pela experiência da modernização comportam uma multiplicidade de interesses e de elites»<sup>(44)</sup>.

Os exageros desta perspectiva estarão em ignorar que, na própria sociedade norte-americana, são muito próximas as várias elites. Nos Estados Unidos é normal e frequente, por exemplo, a passagem da administração das empresas para cargos do governo, e vice-versa (o que é facilitado pela já referida semelhança do tipo de gestão que hoje praticam as burocracias estatal e empresarial). Wright Mills insistiu muito na proximidade institucional das várias elites — sobretudo a militar, a das grandes empresas privadas e a do executivo político — as quais, na sua visão, praticamente se concentrariam numa única elite de poder: o «establishment».

---

<sup>(41)</sup> Max Weber, *Politics as a Vocation*, colectânea citada, pág. 99.

<sup>(42)</sup> Cfr. Geraint Parry, ob. cit., pág. 44.

<sup>(43)</sup> Robert A. Dahl, *Polyarchy — Participation and Opposition*, Yale University Press, New Haven e Londres, 1972.

<sup>(44)</sup> Geraint Parry, ob. cit., pág. 60.

Nem por isso, no entanto, deixa de ser verdade que, em regime capitalista, existe pelo menos um germe, um princípio, uma tendência de diversificação de poderes, nomeadamente económicos e políticos. Noutras sociedades, nem sequer essa semente de pluralismo se encontra.

**Francisco Sarsfield Cabral**